



Debate sobre Previdência abre discussão das reformas



A realização do *Seminário Nacional – Diagnósticos e propostas sobre a reforma da previdência* durante todo o dia de segunda-feira (28) abriu o ciclo de debates no Legislativo sobre as reformas que estão sendo propostas pelo governo federal. Promovido pelo Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa (Sindalesc) e pela Federação Nacional dos Servidores dos legislativos estaduais (Fenal), o *Seminário* teve como palestrantes o juiz do Trabalho de Santa Catarina, Carlos Alberto Pereira de Castro, e o economista mineiro José Para Araújo. “Estas e outras reformas, como a tributária e a política, são inadiáveis. Mas precisam ser bem discutidas com a sociedade. E nada mais condizente com as funções e obrigações do parlamento do que apoiar e promover a discussão com os diversos segmentos da sociedade”, enfatizou o presidente da Casa, deputado Volnei Moarastoni (PT).

SEMINÁRIO NACIONAL



Página 05

Cobrança de mensalidades provoca audiência pública



Denunciada sistematicamente nos últimos quatro anos no plenário do Legislativo, a cobrança de mensalidades, que variam de R\$ 100 a R\$ 120, dos alunos do curso de Pedagogia a distância da Udesc, levou a Comissão de Educação a promover na segunda-feira (28) uma audiência pública. Requerida pelos deputados Herneus de Nadal (PMDB), Dionei da Silva e Wilson Dentinho Vieira, ambos do PT, trouxe o reitor da instituição, José Carlos Cechinel, e o secretário da Educação, Jacó Anderle, para dar explicações e buscar solução à cobrança que contraria o que determina a Constituição estadual. Como no mesmo dia estavam sendo realizados dois outros grandes debates na Assembléia, a discussão foi realizada no auditório do Tribunal de Justiça.


Dia 10 de Maio às 14hs

Plenária no auditório da Justiça Federal, em Florianópolis, para formação do *Copo – Comitê Operacional do Fome Zero em Florianópolis*, com a participação da sociedade.

0800 707 2003

O Dia do Trabalhador*

O dia primeiro de maio foi escolhido em 1889 para marcar a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Uma greve iniciada neste dia, em 1886, em Chicago, acabou em centenas de mortos e feridos e várias prisões. A reivindicação que motivou a greve era uma jornada de trabalho de oito horas.

Várias décadas depois, as lutas dos trabalhadores avançaram bastante. Muitas conquistas foram alcançadas e diversos direitos foram adquiridos. Entretanto, há muito a fazer. No Brasil, no século XXI, ainda presenciamos denúncias de trabalho escravo e semi-escravo. As condições a que são submetidos estes trabalhadores são piores do que as que estavam sujeitos os operários do início da revolução industrial na Europa. A superexploração e o tratamento desumano, em algumas regiões de nosso país, infelizmente, não fazem parte de um passado remoto. Integram uma realidade atual que temos a obrigação moral de enfrentar com todas as nossas forças.

Colocamos um trabalhador, um ex-líder sindical na Presidência da República com a expectativa da realização de profundas mudanças em nossa realidade. Porém, sabemos muito bem que não depende apenas da vontade do presidente a elevação do salário mínimo e a imediata melhoria das condições de vida da maioria dos trabalhadores. O Presidente Lula sempre lutou

contra o autoritarismo e teve sua formação política marcada pela negociação. O diálogo também sempre foi implementado internamente pelo PT, um partido marcado pela pluralidade de idéias e pela unidade política.

A implementação de reformas atinge interesses de vários grupos e segmentos sociais e a busca de um consenso não constitui tarefa fácil. O compromisso assumido com a realização das reformas, contudo, não será ignorado. É preciso ter claro, no entanto, que os resultados não virão com a pressa que todos desejamos. As mudanças levarão tempo mas virão. No que depender de Lula virão logo. As greves e os conflitos certamente não acabarão, pois fazem parte de uma sociedade democrática. Este reconhecimento já representa uma mudança bastante significativa.

As prioridades básicas já foram estabelecidas e estão sendo perseguidas. O combate à fome e ao analfabetismo possuem metas definidas que devem ser atingidas nos próximos quatro anos. O Programa Primeiro Emprego deverá ampliar as oportunidades. Nossos padrões culturais já estão mudando. O preconceito com a classe trabalhadora já não é tão forte. A questão trabalhista já não é mais caso de polícia. Os brasileiros têm o que celebrar neste primeiro de maio, pois, com Lula, iniciamos uma era de negociação, de respeito mútuo e de busca de entendimento.

*Deputado Wilson Vieira - Dentinho - (PT)

Duplicação já ou paramos o Brasil *

Mais um "feriadão" e mais uma vez os corações dos catarinenses e dos turistas que por aqui passam batem com preocupação. Os representantes do povo na Assembleia Legislativa já estão cansados de tanto pedir uma solução urgente para o trecho não duplicado da BR-101. Tudo sempre é postergado pelas autoridades federais. Faltam recursos, dizem, falta nova licitação, explicam outros, e a solução parece cada vez mais longe. Não quero aqui, de forma alguma, pregar a desobediência civil, mas a revolta é tanta que já não temos mais condições de sustentar qualquer adiamento de uma solução definitiva.

No início do mês de abril o Ministro Anderson Adauto nos pediu 60 dias para uma solução, empenhamos nossa palavra e aceitamos uma trégua como prova de confiança e de diálogo com o novo governo. Já se passaram 30 dias. Faltam apenas mais 30 dias, senhor Ministro. Todos sabemos que o governo federal tem condições materiais e financeiras de resolver este problema, o que falta é dar prioridade a este assunto. Nós não queremos mais prome-

sas. Não queremos mais reuniões, nem anúncios oficiais ou oficiaisco. Queremos a duplicação já. Isto nos basta.

A comissão Parlamentar da Duplicação da BR 101 esteve na semana passada com o governador Luiz Henrique, queremos ir juntos a Brasília, pela última vez, saber a posição do governo federal para esta rodovia que hoje mata mais gente inocente do que qualquer guerra. Se não formos atendidos não pediremos mais. Nossa luta daqui por diante será de outra forma. Mais ousada, mais direta e muito mais efetiva.

Pretendemos trancar a pauta de votações no Congresso Nacional, paralisar os trabalhos na Assembleia Legislativa, e numa manifestação inimaginável, parar o Sul do Brasil com o fechamento definitivo para o tráfego na BR 101 até o início oficial das obras de duplicação. E isso não é apenas um aviso, isso é a determinação de um povo, a determinação do povo de Santa Catarina, que paga seus impostos e que exige soluções efetivas para os seus problemas.

* Deputado Manoel Mota (PMDB)

A polêmica das plataformas pesqueiras*

Os catarinenses da Região Sul e todos aqueles envolvidos de uma forma ou outra com a atividade pesqueira aguardam com muita expectativa a vinda à Assembleia Legislativa, no próximo dia 7 de maio de autoridades da Secretaria Nacional da Pesca e da Secretaria Nacional do Patrimônio da União, convidadas da Comissão de Agricultura desta Casa e atendendo à moção que encaminhamos. Naquele dia, essas autoridades deverão trazer uma resposta urgente sobre a atitude - a nosso ver, arbitrária - tomada pelo Patrimônio da União que mandou simplesmente destruir três plataformas de pesca localizadas em Içara e Praia do Rincão sob a alegação de que estavam em áreas pertencentes ao patrimônio federal.

A decisão abrupta e descabida determina a demolição de três plataformas que estão ali instaladas há mais de 20 anos e que são de vital importância à atividade econômica de milhares de famílias catarinenses e inclusive do Rio Grande do Sul. São pescadores credenciados, mas também milhares de turistas de diversos pontos do País e dos países vizinhos.

Refletindo a preocupação em especial do Sul Catarinense, os municípios das regiões atingidas (especialmente a Região Carbonífera e a Região do Vale do Araranguá, que congregam quase 500 mil pessoas) estão pedindo a interveniência do Legislativo Estadual para reverter a situação.

As plataformas cumprem relevante finalidade econômico-social (têncancela oficial) na pesca, no desenvolvimento do turismo, incremento de vias de acesso e desenvolvimento de comércio e lazer circundantes em torno dos municípios.

Como se não bastasse o problema das plataformas, os pescadores vêm-se às voltas com outro, também imediato e grave: desde março o Governo Federal não paga o salário-desemprego dos pescadores camarão, abrangidos pelo programa do Defeso. Os pescadores deveriam receber nos meses de março, abril e maio. Sem dinheiro, há risco de que muitos pescadores apelem à pesca predatória, como forma de sobreviver. Essa questão será também encaminhada na audiência do dia 7 de maio.

*Deputado Valmir Comin (P

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Leitores e eleitores têm espaço neste informativo. Para o **Pergunte ao Deputado**, onde o leitor pode fazer questionamentos a parlamentares por ele determinados, as perguntas podem ser encaminhadas por telefone (48) 221-2753, ou pelo e-mail pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br. Para o espaço **O Leitor**, reservado às manifestações diversas - críticas, sugestões ao Jornal ao parlamento - podem ser feitas através do fax (48) 223 7021 ou pelo e-mail oleitor@alesc.sc.gov.br.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Carlos Agne

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite-Rovira, Clodoaldo Volpato, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luciano Oliveira, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Regina Zandomênic, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Mariano, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Feitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid, Simone Marçal Alves e Carla Fabiana Faria dos Santos

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Gráfica Zero Hora

Ampliação da bacia de evolução do Porto de Laguna

A dragagem da bacia de evolução do Porto de Laguna foi solicitada em audiência no dia 28 pelo presidente da Assembleia Legislativa, Volnei Morastoni (PT), ao governador Luiz Henrique da Silveira. O administrador do porto, Walter Tavares, também presente na reunião, disse ser urgente a necessidade desta operação de retirada de entulhos acumulados na bacia de evolução, principalmente a areia trazida pelo fluxo e refluxo do mar. A última operação de desassoreamento foi realizada há cinco anos.

"Da maneira que se encontramos quase que impedidos de receber a produção pesqueira da região, que acaba sendo desviada em sua maioria para os portos de Rio Grande e de Itajaí, aumentando o custo do pescado". O ideal, segundo Tavares,



Audiência com o governador discute Porto de Laguna

seria ampliar para os barcos de alto mar, com calados de seis metros.

Morastoni sugeriu ao governador o uso emergencial da draga da Cidasc, parada no rio Tubarão. A máquina, segundo o governador, está aguardando para

reposição de uma peça importada e necessita ainda um prazo de 30 dias para seu funcionamento. Os empresários da região de Laguna estariam dispostos a contrapartida nesta operação, fornecendo, entre outros itens, o óleo combustível para a draga.

Tavares diz que esta medida dará maior vazão de água à bacia de evolução – com a dragagem de 40 mil metros cúbicos –, possibilitando que os barcos descarreguem a safra de tainha e anchova, mesmo com a maré baixa. Mas reforça a necessidade da dragagem de mais 80 mil metros cúbicos, para que a produção do Porto de Laguna tenha um incremento de 100%, além dos benefícios alcançados com a geração de novos empregos e de renda à região. (SD)

ganização e Lazer no projeto. Nesse caso, o Estado proporcionaria mecanismos para alocação de recursos, financiamentos e investimentos na execução do empreendimento.

Por sugestão do deputado Celestino Secco (PP), a Comissão vai acionar o Conselho Estadual de Turismo para provocar um grande debate sobre o turismo no estado. "Nosso turismo tem condições de ser apontado como referência nacional e precisamos todos conhecer a fundo suas particularidades. Seria um grande evento onde poderíamos contar com os depoimentos dos bem sucedidos empresários do setor, Armando Bogo (Joinville), Beto Carrero e Fernando Marcondes de Mattos (Costão do Santinho-Florianópolis)", observa. (CA).

Comissão de Turismo define data da primeira audiência

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, acatando sugestão apresentada por seu presidente, deputado Dado Chereim (PSDB), realiza a primeira audiência pública no próximo dia 24, às 11 horas, em Balneário Camboriú. As audiências serão ancoradas no tema "Sazonalidade: Quais as causas?", e "Sazonalidade: Como reverter o impacto negativo na economia do Turismo". Na mesma reunião, realizada no dia 30, o deputado Valmir Comin (PP) sugeriu a realização de evento conjunto no sul do estado para debater a criação de um Plano Diretor Autosustentável para o Complexo Turístico da Barragem do Rio São Bento, visando a abertura para a iniciativa privada incorporar-se como parceira da secretaria de Or-

Debate

Relações entre Imprensa e Governo

O jornalista Ricardo Kotscho, Secretário de Imprensa da Presidência da República, falará sobre o relacionamento entre Imprensa e Governo em uma palestra, seguida de debate, no próximo dia nove, a partir das 9 horas, no plenário, com transmissão ao vivo pela TV AL.

O evento resulta de parceria entre a Assembleia e a Casa do Jornalista, que comemora 35 anos de fundação. (MIL)

Ministério acolhe apelo de produtores de alho

A solicitação do deputado Onofre Agostini (PFL) foi atendida, em parte, na terça-feira (29/04), na audiência com o secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Ivan Wedekin, com a participação de representantes da Associação Nacional dos Produtores de Alho, da Associação dos Importadores de Alho, produtores, deputados federais Cláudio Vignati (PT-

SC) e Odacir Zonta (PP-SC) e do secretário de Agricultura de Curitiba, Nelson Dias.

Preocupado com a crise que atinge os produtores de alho de Santa Catarina, provocada pela importação do alho chinês, o parlamentar enviou mensagem à bancada catarinense federal visando sensibilizar o Ministério para a criação de uma taxação do produto nacional e de taxa antidumping aos importadores, já que a ausência destas tributações deixa o cultivo brasileiro sem chances de

competição junto ao mercado nacional. Metade da safra de alho da região Sul, equivalente a 1 milhão e 500 mil caixas, ainda não foi comercializada. O anúncio do acolhimento das reivindicações dos catarinenses foi feito pelo

deputado Dionei Walter da Silva (PT). Uma comissão integrada por membros do Ministério, da Associação dos Produtores e dos Importadores vai verificar,

in loco, a existência de excedentes e a qualidade do alho estocado pelos produtores do Sul do país objetivando a comercialização da atual safra. Além disso, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, determinou ao Banco do Brasil a revisão e possibilidade de revisão das dívidas dos produtores e solicitou ao ministério da Fazenda que intensifique a fiscalização do recolhimento da taxa antidumping fixada, hoje, em 4,8 dólares a caixa. (CA)

Metade da safra de alho da região Sul ainda não foi comercializada

Segurança promove duas primeiras audiências no Oeste

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL), realiza nos próximos dias 8 e 9 as duas primeiras audiências públicas de um total de 15 programadas em todo o estado. O intuito é buscar elementos para a formulação de um plano de segurança pública para o Estado. No dia 8, às 19 horas, no auditório do Colégio La Salle, em São Miguel do Oeste, o encontro vai abranger outros 31 municípios da região. No dia seguinte (9), às 9 horas, na Câmara de Vereadores de Chapecó, a reunião vai englobar outros 38 municípios.

Além do plano para o setor, o resultado final das audiências é estabelecer políticas, diretrizes e ações a serem desenvolvidas pelo poder público. Os temas para abordagem referem-se ao sistema prisional, o processo de fusão das Polícias Civil e Militar, sistema de policiamento preventivo, segurança no trânsito, questões relacionadas ao tráfico de drogas e à reeducação de crianças e adolescentes, ra-

Próximas audiências

- 22/05 – Joinville
- 23/05 – Blumenau
- 05/06 – Araranguá
- 06/06 – Criciúma
- 06/06 – Tubarão
- 26/06 – Mafra
- 27/06 – Canoinhas
- 07/08 – Itajaí
- 08/08 – São José
- 21/08 – Concórdia
- 22/08 – Joaçaba
- 04/09 – Lages
- 05/09 – Rio do Sul

tificação de terras de fronteiras, violência contra a mulher, aumento no consumo de álcool pelos jovens, participação da criminalidade na prevenção à criminalidade, combate ao crime organizado, policiamento comunitário, qualificação científica e tecnológica dos órgãos encarregados da investigação policial e da perícia técnica, formação dos policiais civis e militares para os serviços de inteligência, entre outros.

Comunidade - Lideranças políticas e comunitárias, assim como os integrantes das Polícias Civil, Militar e Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), da Secretaria Estadual de Segurança Pública, do Conselho Estadual de Segurança Pública e a comunidade serão conclamados para participar das audiências. Outros par-

lamentares que compõem a Comissão: Wilson Dentineira Vieira – (PT), Lício Mauro da Silveira (PP), Ronaldo Benedet (PMDB), Dionei da Silva (PT), Narcizo Parisotto (PTB) e Nilson Nelson Machado – Duduco (PP). (RV)

Análise de documentos deve esclarecer para onde vai o dinheiro

Mirela Maria Vieira

Somente depois de analisar os documentos entregues na tarde de segunda-feira (28) à Comissão de Educação pelo reitor da Udesc, José Carlos Cechinel, durante audiência pública realizada no auditório do Tribunal de Justiça, é que os parlamentares poderão esclarecer para quem são recolhidas as mensalidades cobradas de alunos do Curso de Pedagogia a Distância, do Centro de Ensino a Distância (Cead) da Udesc. Congregando cerca de 14 mil alunos em 161 municípios do estado, o Curso, citado pelo próprio Ministério da Educação como referência nesta modalidade de educação superior, cobra de seus alunos mensalidades que variam de R\$ 100 a R\$ 120.

“A Udesc é pública e oferece os cursos presenciais de forma gratuita. Defendo com intransigência o que determina a Constituição estadual, ou seja, que o tratamento seja igualitário para alunos que estão na sala de aula e para os que o fazem o Curso a Distância, principalmente porque no interior a carência e as dificuldades são muito grandes”, salientou o deputado Herneus de Nadal (PMDB), na abertura da audiência. Ele, os deputados Dionei da Silva e Wilson Dentinho Vieira, ambos do PT, foram os autores do requerimento do encontro que lotou as dependências do auditório.

Convênios - Tutores dos alunos de pedagogia a distância tiveram presença maciça na audiência que contou com a presença - além do reitor da instituição e dos parlamentares que inte-

gram a Comissão de Educação - do secretário da Educação, Jacó Anderle, lideranças estudantis, como o presidente da União Catarinense de Estudantes, Júnior Filho, docentes e servidores da Universidade.

Apesar do apelo do presidente da Comissão, deputado Paulo Eccel (PT), que ao abrir o encontro enfatizou que a convocação destinava-se a debater apenas a cobrança das mensalidades, a maior parte das intervenções feitas pelos participantes recaiu sobre a necessidade de consolidação efetiva do Ensino a Distância e consequente reconhecimento do direito ao votos aos seus alunos e professores no polêmico processo de elaboração do novo Estatuto da instituição. Frente a isso, o deputado Dionei da Silva, ao final do encontro que durou mais de quatro horas, anunciou que iria requerer a realização de audiência pública específica para debater a questão.

Decreto - No expressivo volume de documentos entregues pelo reitor Cechinel, cópias de todos os convênios com prefeituras ou instituições de natureza privada e a relação completa dos alunos da modalidade em todo o estado. “Temos, sim, alguns desencontros provocados na celebração desses contratos, talvez pelo afã de alguns prefeitos quererem oportunizar a seus cidadãos, e não a seus professores, o acesso à universidade, e consequentemente fugiram ao objeto principal, possibilitando acesso a um número de estudantes que não foram contemplados nos orça-

mentos municipais”, afirmou o reitor.

Até o final do ano passado, conforme decreto editado em junho, professores da rede estadual que estão fazendo o Curso de Pedagogia foram isentados do pagamento. O decreto teve sua reedição solicitada em requerimento dos deputados Dionei, Dentinho e Onofre Agostini (PFL), mas o governo estadual não acatou o pedido.



Parlamentares, reitor e secretário da Educação na mesa

Secretário compromete-se a reverter a ilegalidade

“Não há mais o que dizer sobre gratuidade. Estaremos nas próximas duas semanas buscando junto ao Ministério da Educação, às prefeituras conveniadas, uma solução para isso”, anunciou Jacó Anderle ao encerrar sua participação. Também comprometeu-se a ouvir os núcleos regionais do Ensino a Distância da Udesc, para obter avaliação - que, assinalou, tem sido em geral altamente positiva -, e corrigir eventuais distorções.

Por sugestão do reitor, o líder do governo, Herneus de Nadal, e os integrantes da Comissão de Educação - Paulo Eccel (PT), Celestino Secco (PP), Rogério Mendonça (PMDB), Lício Mauro da Silveira (PP), Odete de Jesus (PP) e Djalma Berger (PFL), vão se reunir para discutir o assunto. Além de Eccel e dos parlamentares requerentes (que não integram a Comissão), participaram da audiência os deputados, Afrânio Boppré (PT) e Ronaldo Benedet (PMDB). Todos manifestaram sua contrariedade à cobrança das mensalidades, seja de forma parcial ou integral.

A Udesc é mantida pelo governo do estado, que aporta 1,95% de sua receita líquida disponível para mantê-la. Segundo o reitor, um aluno presencial (em sala de aula) tem um custo superior a R\$ 1 mil. A mesma projeção deve ser feita para a manutenção dos alunos a distância, cujos recursos devem vir, justamente, das prefeituras e instituições conveniadas. O curso de Pedagogia a Distância começou a ser desenhado em 1991, mas somente em 1999 começou a funcionar. A primeira turma contabilizou 230 alunos de 14 municípios. Em 2000, foi criado o Centro de Ensino a Distância da Udesc, que conta com 500 professores atuando em todo o estado. Hoje, sua qualidade tem reconhecimento nacional e internacional, sendo citada pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, como exemplo do que o MEC pretende fazer para ampliar a capacidade de absorção do ensino superior dando acesso a milhares de pessoas que, apesar da vontade, não conseguem vaga.

Direitos e Garantias Fundamentais

Preocupada com as questões sociais, a deputada Odete de Jesus (PL), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais, sugeriu novo planejamento, envolvendo a exclusão social. “Precisamos incluir na discussão dos nossos trabalhos questões como a discriminação racial, os menores de rua e os idosos abandonados”, justifica a parlamentar. Como alguns deputados têm assento nesta comissão e também na de Agricultura, eles decidiram que as reuniões serão quinzenais e alternadas para não atrapalhar o andamento das atividades.

Um dos projetos de lei aprovados na reunião foi o de nº 10/03, do deputado Francisco de Assis (PT), que garante a preferência na aquisição de unidades habitacionais populares para portadores de deficiência física permanente. Prevê ainda que os programas de construção de habitações populares financiados pelo poder público ou que tenham recursos orçamentários do Estado reservem, preferencialmente, a pessoas portadoras de deficiência física permanente, 10% das unidades habitacionais construídas pelos programas previstos na lei. (RMPP)

Salvaro propõe Comissão de Minas e Energia

O deputado Clésio Salvaro (sem partido) apresentou projeto de resolução que visa alterar o Regimento Interno da Assembleia, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2003. Segundo ele, “é incabível que o Legislativo, parte integrante do Poder Público de Santa Catarina, onde o Estado é detentor de inúmeros minérios e exorbitante potencial energético para o nosso país, não veja contemplado no novo Regimento a Comissão de Minas e Energia”.

De acordo com a proposta, a Comissão seria responsável pela análise e fiscalização das atividades relacionadas às áreas mineral e energética, no tocante a polí-



salvaro@alesc.sc.gov.br

ticas e modelos, estrutura institucional, fontes convencionais e alternativas, pesquisa e exploração, formas de acesso e geração, distribuição e comercialização. “A Anel fixa normas e preços da energia e o Legislativo cala. Isso nós queremos discutir. O Ministério fixa cotas de minérios em nosso estado e a Assembleia consente. Isso tem que acabar, é atribuição federal a fixação de normas, sim, mas o parlamento é composto de represen-

tantes do povo catarinense e vai se pronunciar em todas as proposições relacionadas a minas e energia”, argumentou Salvaro. (FC)

Seminário discute reforma da previdência

“A previdência não é um problema meramente econômico, pois as políticas públicas não existem para gerar lucro”

Rubens Vargas

Servidores de diversos estados lotaram o plenário na segunda-feira (28), durante os dois períodos, para acompanhar o Seminário Nacional – Diagnósticos e propostas sobre a reforma da previdência. Promovido pelo Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa (Sindalesc) e pela Federação Nacional dos Servidores das Assembléias Legislativas (Fenal), a discussão teve como palestrantes o juiz do trabalho de SC, Carlos Alberto Pereira de Castro, e o economista mineiro José Prata Araújo. A abertura dos trabalhos coube aos presidentes do Sindalesc, Zulmar Saibro, da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), e da Fenal, Francisco Raposo (BA). Na oportunidade os palestrantes informaram que o governo apresentou ao Congresso Nacional a proposta de reforma da previdência social na quarta-feira (30).

Saibro afirmou que o presidente Lula quer acelerar um projeto criado na era neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, sem apresentar num diálogo aberto a realidade do setor, com o objetivo de aprovar a re-

forma ainda no primeiro semestre. Disse que o ministro Berzoini promove uma cruzada contra os servidores públicos, declarando que o déficit da previdência é de R\$ 70 bilhões, crescendo ano a ano. “Não é verdade, pois o setor apresenta superávit. Em relação ao serviço público, os governos nunca fizeram o repasse como contribuição patronal e nunca repassaram integralmente os recursos previstos pela Constituição de 1988, como Confins, CSLL e CPMF, para custear despesas como o salário-família, o salário-maternidade e o seguro-desemprego. Agora o rombo oficial é de R\$ 16,9 bilhões, facilmente coberto se o governo pagasse os R\$ 35 bilhões que deve à previdência”.

Privilégios - Já Morastoni frisou que estas e outras reformas são inadmissíveis, pregando cuidado para não ferir a dignidade do funcionalismo. “Se há privilégios, devem ser eliminados, as distorções precisam ser corrigidas, mas as conquistas históricas devem ser respeitadas”, completou. O servidor baiano Raposo disse não concordar com Saibro, considerando as reformas oportunas e alertando que é contrário à taxação dos aposentados.



(foto Jonas Lemos Campos)

Debate reuniu servidores de todo o país

Juiz sugere reduzir contribuição

O juiz Carlos Alberto Pereira de Castro destacou que a previdência não é um problema meramente econômico, pois as políticas públicas não existem para gerar lucro. Falou da necessidade da reforma por não ser mais possível conviver com servidores e subservidores, informando que, dos mais de 5 mil municípios, apenas 2.140 têm um regime próprio de previdência, sendo que os servidores dos demais municípios são regidos pelo INSS, logo não terão direito adquirido à aposentadoria integral. Ele questionou se é justo o fato dos militares terem um tratamento diferenciado na reforma.

Salientou ainda que é inadmissível que o dinheiro da seguridade social seja desviado para outras atividades e que a sociedade não suporta mais a

alta carga tributária, apresentando como solução para o aumento da arrecadação a diminuição da contribuição e uma fiscalização mais rígida para evitar a sonegação. Somente em 2002 a sonegação fiscal alcançou a cifra de R\$ 11 bilhões.

Equilíbrio - Na opinião do economista José Prata Araújo, as contas do INSS estão em equilíbrio, já que no governo Fernando Henrique o déficit estava superestimado em R\$ 15 bilhões, sendo agora acertado pelo ministro Berzoini ao incluir Cofins, CPMF, loterias e outros. Informou que a proposta governamental exclui militares e políticos do teto de R\$ 2.400. “Isto desmoraliza o teto”.

O Projeto de Lei nº 9, em tramitação no Congresso, abre uma brecha para as seguradoras ao tratar do fundo de pre-

vidência privada, além de proibir a contribuição patronal para os salários menores de R\$ 2.400. “Vale lembrar que foram as seguradoras que tomaram conta da privatização da previdência social na Argentina, o que acabou quebrando o país”. Disse também que a proposta de Lula faz a aposentadoria integral dos servidores virar proporcional, constituindo-se uma agressão às expectativas de direito. O economista enfatizou que há quatro anos, através da emenda nº 20, houve mudanças na previdência, e questionou qual a garantia de que daqui há alguns anos o Executivo promova outras mudanças que vão mexer no bolso dos trabalhadores do sistema público.

Relações Internacionais realiza primeira reunião

Sob a presidência do deputado Nelson Goetten de Lima (PP), a Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Mercosul e Relações Internacionais realizou no dia 29 sua primeira reunião de trabalho. São seus integrantes os deputados Joares Ponticelli (PP), Pedro Baldissera (PT), Afrânio Bopp (PT), Rogério Mendonça (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), Cesar Souza (PFL) e Dado Chereim (PSDB). A participação no encontro da União dos Parlamentares do Mercosul (UPM), nos próximos dias 15 e 16 em Manaus (AM), foi o primeiro encaminhamento.

“A UPM está promovendo a mudança de seu estatuto para ampliar a base de sustentação e partirmos para a sua transformação em União dos Parlamentares da América do Sul, uma vez que Chile e Venezuela estão em

processo de integração ao bloco”, explicou Ponticelli, primeiro secretário do Bloco Brasileiro da UPM. O coordenador do Bloco Brasileiro, Flávio Alves Monteiro, afirmou que o encontro de Manaus dará a largada efetiva para a formação da União dos Parlamentares da América do Sul, com a divulgação da Carta de Manaus. Entre as presenças no evento na capital amazonense, os ministros da Integração Regional, Ciro Gomes, e dos Esportes, Agnelo Queiroz. Na pauta das discussões, os corredores de exportação entre os países integrantes da UPM e o aquífero Guarany, uma das maiores reservas de água do mundo, que começa no Mato Grosso do Sul e estende-se até o Rio Grande do Sul. (MMV)



(foto Carlos Willian)

Comissão vai participar da estruturação de Bloco Sulamericano

Reformas devem caminhar juntas

Rubens Vargas

A proposta de reforma da previdência social apresentada pelo governo Lula no dia 30 de abril ao Congresso Nacional, vem causando apreensão entre o funcionalismo público, preocupado com a perda de direitos adquiridos, como a aposentadoria integral. Para esclarecer dúvidas sobre o polêmico tema, o Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa (Sindalesc) e a Federação Nacional dos Servidores das Assembléias Legislativas (Fenal) promoveram no dia 28 o Seminário Nacional – Diagnósticos e propostas sobre a reforma da previdência. Os palestrantes Carlos Alberto Pereira de Castro, juiz do trabalho de SC, e José Prata Araújo, economista mineiro, falaram sobre a taxa de inativos, a má gestão da previdência, a necessidade de um fundo único de seguridade social e de aumento da fiscalização para diminuir a sonegação fiscal, além da correlação entre as reformas previdenciária, tributária e trabalhista.

AL Notícias – Esta reforma é necessária? Como deve ser a participação da União, estados e municípios?

Carlos Alberto – Mesmo que sejam questionáveis os números quanto ao déficit do setor, a reforma é importante para garantir a seguridade social das futuras gerações. Na verdade, ao contrário do que vem sendo discutido, os grandes interlocutores deveriam ser os prefeitos, pois dos mais de 5 mil municípios brasileiros apenas 2.140 têm regime próprio de previdência, os outros são regidos pelo INSS. Isto pode significar a falência do sistema, pois estes servidores não têm direito adquirido sobre a aposentadoria integral. A reforma tributária caminha passo a passo com a reforma da previdência. A trabalhista tem re-

lação com as duas para garantir direitos mínimos aos trabalhadores e a quebra da estabilidade.

AL Notícias – Quanto aos problemas a serem enfrentados para melhorar o setor, quais o senhor destaca?

Carlos Alberto – Não podemos aceitar que o dinheiro público seja retirado da previdência para outras atividades, é urgente que o governo federal acabe com isso. Precisamos acabar com a exclusão social, pois para cada trabalhador na previdência há outro desamparado, sem carteira assinada, sem proteção social. Outra questão é que não se pode penalizar o contribuinte honesto, pois muitos usam subterfúgios como caixa 2 e salário por fora. Os acidentes do trabalho são responsáveis por uma despesa de R\$ 1 bilhão por ano, recorde mundial, sendo fundamental a conscientização dos trabalhadores quan-



“Hoje temos 1.800 fiscais da previdência, precisaríamos ter o dobro pois a dívida ativa, a ser cobrada, é de R\$ 160 bilhões, enquanto a sonegação fiscal em 2002 foi de R\$ 11 bilhões”

Carlos Alberto

to às normas de segurança e o comprometimento das empresas na prevenção, em especial às da construção civil. Hoje temos 1.800 fiscais da previdência, precisaríamos ter o dobro pois a dívida ativa, a ser cobrada, chega a R\$ 160 bilhões, enquanto a sonegação fiscal em 2002 foi de R\$ 11 bilhões.

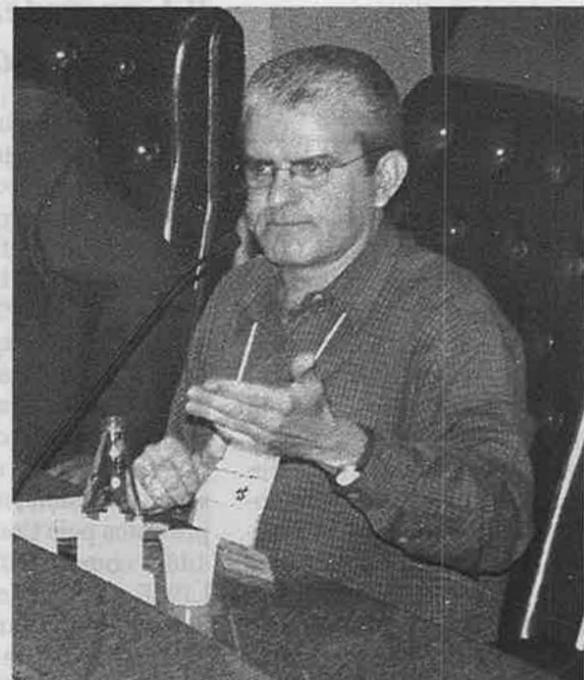
AL Notícias – O senhor tem conhecimento de algumas propostas do governo?

Carlos Alberto – Conforme resolução do Conselho de Desenvolvimento Econômico, presidido por Tarso Genro, a idade para a aposentadoria é de 60 anos para homens e 55 para mulheres, as pensões terão um limite de 70% sobre o valor da aposentadoria do servidor, os inativos que receberem acima de R\$ 1.058 pagarão uma taxa de 11%, mesma taxa para unificação da alíquota dos servidores ativos nos municípios. Os fundos de previdência complementar vão envolver servidores e os agentes do serviço público. Já a contribuição dos inativos e pensionistas é injusta e imoral, pois eles vão pagar pela ineficácia dos governos e a Constituição assegura este direito a quem contribuiu por um longo período.

José Prata

AL Notícias – Na sua opinião, como estão as contas da previdência?

José Prata – Ao meu ver, estão em equilíbrio, pois o déficit apresentado pelo governo FHC estava superestimado em R\$ 15 bilhões e foi acertado pelo ministro Berzoini ao levar em consideração contribuições como o Cofins, CPMF, loterias e outras. Além disso, o pacto federativo provocou a municipalização de muitos setores, tornando a União mais enxuta e aumentando os empregos públicos nos municípios. A previdência dos servidores só tem futuro se for casada com o regime estatutário.



“O teto de aposentadoria do funcionalismo, R\$ 2.400, já nasce desmoralizado, pois os políticos e os militares estão fora”

José Prata

AL Notícias – Qual sua análise sobre o projeto de reforma previdenciária a ser enviado ao Congresso Nacional?

José Prata – O setor privado basicamente não será mexido. O teto de aposentadoria do funcionalismo, de R\$ 2.400, já nasce desmoralizado, pois os políticos e os militares estão fora. Para os novos servidores, segundo o Projeto de Lei nº 9, em apreciação no Congresso, será proibida a contribuição patronal para salários abaixo de R\$ 2.400. Quem ingressou no serviço público até 15 de dezembro de 1988, vai ter sua aposentadoria retardada em sete anos. A transformação de aposentadoria de integral em proporcional é uma agressão à expectativa de direito. Há quatro anos a emenda 20 já alterou a legislação previdenciária, como garantir que daqui há alguns anos não haja outra alteração? O teto salarial é de R\$ 12.720, mas não se define o que é remuneração. Em Minas Gerais, por exemplo, o salário dos deputados é de R\$ 9 mil, mas com os penduricalhos chega a R\$ 24 mil.

AL Notícias – E o cálculo de aposentadoria para o servidor, como fica?

José Prata – O cálculo será misto, porém o tempo de serviço público não será somado. Tecnicamente isto é possível, mas também fere a expectativa de direito e vai fazer um estrago enorme. Quem se aposentar no dia, ou após a aprovação da reforma na Câmara e no Senado, já entra no novo sistema. Se conseguir se aposentar um dia antes, não.

AL Notícias – Qual é o quadro histórico da previdência no Brasil?

José Prata – Os números da previdência no país são computados desde 1945 e o superávit chegou a R\$ 1 trilhão, pois em 1950 para cada 10 trabalhadores na ativa havia um aposentado. Hoje a relação é próxima de um por um. Os governos investiram dinheiro da previdência em infra-estrutura.

VIA BRASÍLIA

Previdência

O deputado federal Paulo Afonso (PMDB), que integra a Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados, tem se empenhado nos últimos dias para que o governo federal reveja alguns itens da reforma da Previdência que o presidente Lula entregou na tarde de quarta-feira ao Congresso Nacional.

“O que posso garantir é que chegou a hora de se fazer algo para melhorar a Previdência no Brasil. A reforma apresentada pelo governo do presidente Lula apresenta pontos com os quais concordo e outros que discordo. O que

vale ressaltar é que, embora exista muita discussão, o governo não está com medo de realmente realizar as reformas. Se realmente desejar, o presidente tem o apoio popular que precisa para realizar mudanças profundas”, afirmou.

Há três temas mais polêmicos na proposta. A fixação de um teto para a remuneração, a taxa de inativos e a idade mínima para a aposentadoria.

Na questão referente à taxa de inativos, o parlamentar é contrário. “O que os inativos fizeram foi contribuir a vida inteira para ter a sua aposentadoria. Se a proposta apresentada for adiante, teremos uma discussão jurídica extensa e desnecessária. Tenho plena convicção de

que não são os inativos os responsáveis pela atual situação da Previdência”.

Ele também é contra o teto máximo e a favor da ampliação da idade mínima para a aposentadoria, mas propõe um sistema de compensação para aqueles que já contribuem com a Previdência. Na sua avaliação, tudo passa por uma regra de três simples. Ele cita como exemplo uma pessoa que tenha 45 anos e que se aposentaria daqui a cinco. “A pergunta que faço é quanto tempo que esta pessoa já contribuiu pelas regras atuais representaria no novo sistema?”, indaga o parlamentar. (JC)

PLENÁRIO

Denúncia sobre trabalho infantil na colheita da maçã

A deputada Odete de Jesus (PL) denunciou em plenário, nesta semana, que centenas de crianças estão sendo utilizadas para a colheita da maçã no Planalto Serrano. O assunto, garantiu, será prioridade da pauta da próxima reunião da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a qual preside. Afirmou ainda que será encaminhado pedido de informações ao governo e exigida fiscalização rigorosa para coibir a prática.

Depois de receber inúmeras denúncias referentes ao trabalho infantil, nas mais diversas atividades, a deputada mostrou-se indignada com a informação de que os produtores de maçãs estariam utili-



odete@alesc.sc.gov.br

zando crianças para a colheita do produto. "Não é possível admitir que crianças, que

deveriam estar nos bancos escolares, sejam utilizadas, neste ou em qualquer trabalho. O resultado disso já estamos vendo na Grande Florianópolis e em Santa Catarina, com a rejeição do cidadão pela sociedade, ficando a mercê da marginalidade e da criminalidade. Vamos colocar o assunto numa grande discussão e vamos pedir informações para buscar dados concretos e, conse-

qüentemente, a solução deste grave problema", promete a parlamentar. (CA)

Barragem do Rio São Bento

O deputado Altair Guidi (PP) encaminhou pedido de informação ao Governo do Estado sobre a situação da Barragem do Rio São Bento, ora em construção no município de Siderópolis. Quer saber por que a barragem, apesar de estar com as obras civis concluídas, ainda não está sendo utilizada; qual o valor dos investimentos que, eventualmente, serão necessários para deixar a barragem em condições de uso; se há pendências ambientais a superar para que a barragem possa ser utilizada em sua plena capacidade; qual a previsão para que a água, originária da barragem, alcance a ci-

dade de Criciúma e quanto será necessário investir para que tal ocorra, e por fim se há recursos previstos no orçamento do Estado, da União ou da Casan para, no exercício de 2003, serem feitos investimentos ainda necessários.

Guidi argumenta que a conclusão da Barragem do Rio São Bento é aguardada com enorme expectativa, em especial, pela região carbonífera. Quando em funcionamento, ela garantirá o abastecimento de água potável a cerca de 600 mil famílias do sul catarinense, levará água às lavouras e reduzirá os riscos de inundações. (JCR)

Petróleo de SC

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) propôs a criação de um Fórum Parlamentar Permanente para tratar da questão do petróleo de Santa Catarina. Mais especificamente, Lício quer que, através do fórum, a Assembleia assumira a batalha travada na Justiça com o Estado do Paraná, desde 1988. Naquele ano, o IBGE mudou os critérios para cálculo do território marítimo dos estados e, com isso, um dos poços de petróleo de Santa Catarina passou a pertencer ao Paraná, que recebe, desde então, os respectivos royalties.

Desde então, reconhece o deputado, todos os governos catarinenses procuraram resgatar o direito ao petróleo. O processo, porém, se arrasta até hoje no Supremo Tribunal Federal, apesar de as perícias realizadas por especialistas isentos indicarem que o direito é de Santa Catarina.

O parlamentar acredita que a mobilização política liderada pelo Fórum Parlamentar Permanente possa resolver o impasse de uma vez por todas. (JCR)

... Curtas ...

Barreiras sanitárias

O deputado Sérgio Godinho (PTB) está solicitando ao governador e ao secretário da Agricultura a construção de barreiras sanitárias fixas na localidade de Varzinha (Bom Jardim da Serra), na Serra do Corvo Branco (Urubici), bem como todas as localidades que fazem fronteira com o Rio Grande do Sul. "Sem as barreiras sanitárias o prejuízo pode ser muito grande, colocando em risco o nosso rebanho".

Suinocultura

Ao secretário da Agricultura o deputado Dionei da Silva (PT) está requerendo a imediata e profunda investigação sobre a emissão de certificados omitindo a existência de focos da doença Aujeszky - quando da exportação da carne suína catarinense para a federação russa - apurando o cumprimento das obrigações dos órgãos vinculados a essa secretaria do Estado. É solicitado também que o estabelecimento de medidas para que haja o resgate da credibilidade do sistema de vigilância sanitária do Estado.

Rede elétrica

Do deputado Djalma Berger (PFL) foi aprovada moção solicitando providências ao diretor-presidente da Celesc para reparos na rede elétrica do município de Alfredo Wagner. Segundo o parlamentar, a comunidade tem reclamado das constantes quedas de tensão, que prejudicam o comércio e provocam estragos na área residencial.

Aeroportos de SC

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) solicita ao Presidente da Infraero medidas urgentes para que haja melhor condição de uso do aeroporto de Navegantes. A melhoria deve-se ao fato de que o aeroporto é um dos principais de Santa Catarina e que o transporte aéreo é relevante para incrementar o desenvolvimento nacional. Além das obras em Navegantes, é solicitado ao governador a viabilização de melhorias no aeroporto de Dionísio Cerqueira.

Passarela em Caravaggio

Em solicitação feita ao Governador pelo deputado Clésio Salvaro (sem partido) pede-se a construção de uma passarela para pedestres com extensão de aproximadamente 2.500 metros, partindo da Carbonífera Catarinense até o Santuário de Nossa Senhora do Caravaggio. Segundo o parlamentar, milhares de romeiros percorrem o trajeto até o santuário todos os dias.

Agenda

Dia 5, às 14 horas - Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 314/02, que trata da política aquícola de SC
Local: Plenário

Dia 6, às 19 horas - Abertura da exposição do artista plástico Décio David, em homenagem a João Rosa Júnior
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 7, às 14 horas - Debate *Insegurança pública - de quem é a culpa*, com a diretora de cinema Kátia Lund e o ator Douglas Silva, o Acerola, ambos do filme *Cidade de Deus*, e o músico Yuca, do grupo O Rappa
Local: Sala de Imprensa

Dia 8, às 14 horas - Debate das propostas do governo federal sobre a reforma da previdência social
Local: Plenário

Dia 8, às 18 horas - Sessão solene em homenagem aos 60 anos da Rádio Guarujá
Local: Plenário

Dia 8, às 19 horas - Audiência da Comissão de Segurança Pública
Local: Auditório do Colégio La Salle - São Miguel do Oeste

Dia 9, às 9 horas - Audiência da Comissão de Segurança Pública
Local: Câmara de Vereadores - Chapecó

Dia 9, às 9 horas - Debate sobre o tema *Imprensa e Governo*, com o jornalista Ricardo Kotscho, Secretário de Imprensa da Presidência da República
Local: Plenário

Incentivos ao esporte amador

Incentivar o esporte amador catarinense. Este é o objetivo do líder do PFL na Assembleia Legislativa, deputado Antônio Ceron, com o projeto de lei que determina a aplicação dos prêmios/créditos de "milhagem" oferecidos pelas companhias de transportes aéreos a integrantes do Poder Executivo quando em viagens oficiais bancadas pelo Tesouro estadual, no deslocamento de atletas do esporte amador. A proposta do parlamentar abrange ainda as autarquias, sociedades de economia mista e fundações.

A proposta estabelece que as passagens resultantes da "milhagem" ficarão vinculadas à Fundação Catarinense de Desporto (Fesporte). Os atletas ou



ceron@alesc.sc.gov.br

equipes de atletas deverão ser destaque estadual em sua modalidade para participar de competição oficial nacional ou internacional e estarem obrigatoriamente filiados às federações esportivas de Santa Catarina, além de vedar a utilização destas passagens para deslocamento de dirigentes, qualquer que seja a finalidade. (CLR)

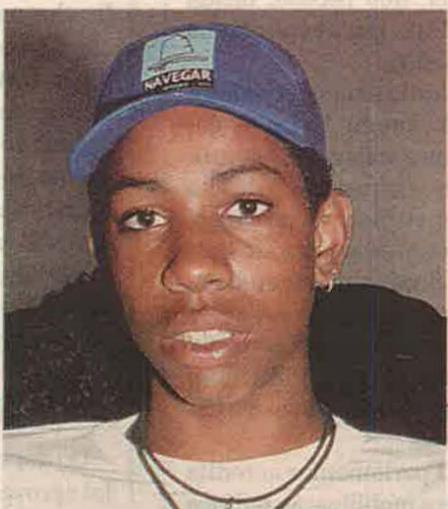
Projeto Navegar beneficia adolescentes carentes de Laguna

Rose Mary Paz Padilha

Uma nova realidade começa a nascer para 160 adolescentes entre 12 e 15 anos, em Laguna, no sul do estado. Vindos de famílias de baixa renda, esses meninos e meninas, alguns deficientes físicos e mentais, têm a partir deste mês de abril uma nova perspectiva de vida. É o **Projeto Navegar**, do Ministério dos Esportes, em parceria com o município, Casa Familiar do Mar, Capitania dos Portos, Pastoral da Criança e Corpo de Bombeiros. Idealizado ainda no governo passado pelo velejador Lars Grael, o projeto em Laguna começou na última segunda-feira (28).

A sede do Projeto Navegar é o Iate Clube de Laguna, localizado no limite do bairro Magalhães com o centro histórico. O bairro foi a primeira expansão da cidade, que cresceu através das atividades comerciais em torno do porto.

A duração do Navegar é de cinco meses e nesse período os adolescentes vão aprender as modalidades náuticas de canoagem, remo e vela. Num período do dia eles vão para a escola e no outro dedicam-se ao esporte. A idéia foi bem aceita pelos participantes. É o caso de Peterson de Alfino, 15 anos, que chegou ao projeto através do incentivo da mãe. "Eu vivia na rua e ela não gostava disso. Aqui, quem sabe, eu poderei me tornar um atleta ou seguir carreira na Marinha", disse entusiasmado. Tímida, mas não menos empol-



Peterson de Alfino

"Eu vivia na rua e ela não gostava disso. Aqui, quem sabe, eu poderei me tornar um atleta ou seguir carreira na Marinha"

gada com o **Navegar**, está Lais Cardoso do Carmo. Filha de pescador, desde pequena ela gosta do mar e muitas vezes acompanhou o pai em pescarias. "Poderei aprender uma profissão e isso é muito bom".



Instructor Daniel Malta entregando mochila para a aluna Lais Cardoso do Carmo

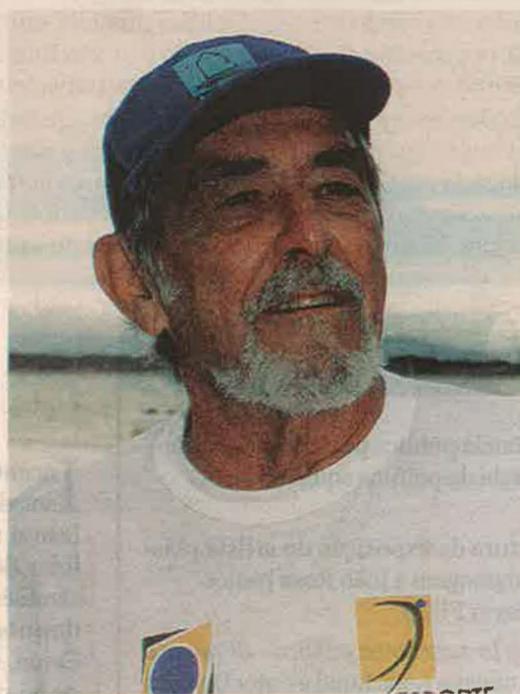


Alunos, instrutores, coordenação e supervisão do Projeto idealizado por Lars Grael

Adrenalina positiva

Instrutores e monitores serão os "professores do mar", inicialmente com aulas teóricas que duram cerca de duas semanas e, em seguida, a prática, em barcos da classe optimist (para adolescentes), com o apoio de botes infláveis com motor de 15 HPs para segurança e socorro dos alunos. Todos recebem uma mochila com uniforme básico, como camiseta e tênis. Além de transporte e alimentação fornecidos pelo projeto.

A coordenação do Navegar é do coronel da reserva da Polícia Militar de Santa Catarina, Hugo Stockler de Souza. Foi dele a iniciativa de instalar em Laguna um dos quatro núcleos do **Projeto Navegar** no estado (os outros três ficam em Florianópolis, Imaruí e Tubarão). Segundo ele, que já foi velejador, Laguna é cercada de água, com praias, rios navegáveis, lagoas e costões e não justificava o município não ter esportes náuticos. "O principal objetivo do projeto é o



Hugo Stockler de Souza, coronel da reserva da PM e coordenador do projeto.

desenvolvimento pleno do cidadão adolescente, com iniciação à prática de atividades náuticas com outras que incentivem o desenvolvimento dos valores de preservação do patrimônio ambiental, não só natural, mas também sócio-cultural". O Cel Hugo lembra que na década de 30 Laguna de Santo Antônio dos Anjos foi berço de grandes eventos que movimentaram o município, com a realização de regatas que destacaram atletas da canoagem e do remo.

"Além da adrenalina positiva que o esporte proporciona, vislumbramos, com a realização desse novo projeto, a criação de uma cooperativa dos pais dos alunos para desenvolver a atividade de guias mirins". Um dos instrutores do projeto, Valeri Rodrigues, disse que, na primeira conversa com os adolescentes, percebeu que eles estão bastante estimulados para o contato direto com o mar através das modalidades que vão aprender. Outro instrutor, Daniel Malta, que vai trabalhar com a vela, afirmou que sente-se preparado para o trabalho. "Desde criança fui muito ligado ao mar e já velejei muitas vezes.

Acho que teremos ótimos resultados aqui".

Mas, depois de concluir os cinco meses que dura o curso, qual será o destino dos alunos dessa primeira turma? O supervisor geral, Evandro Maciel, disse que o Ministério dos Esportes já sinalizou a continuidade do projeto com o **Navegar 2**. Se implantado, vai profissionalizar para competições adolescentes acima dos 16 anos de idade. "Já temos uma luz e torcemos para que ela se torne realidade", finalizou.